

Artistas e artífices a serviço das irmandades religiosas do Recife nos séculos XVIII e XIX

Maria Berthilde MOURA FILHA

Introdução

As irmandades, suas igrejas e os artistas que as edificaram são os objetos de análise da presente comunicação que tem como objetivo expor o panorama artístico gerado na cidade do Recife a partir da ação das diversas irmandades religiosas ali instituídas, em decorrência do crescimento e estratificação da sociedade urbana.

Principia-se por apresentar o contexto sócio-econômico do Recife naquela época, para em seguida situar o surgimento dessas irmandades e enumerar os artistas e artífices envolvidos na construção e ornamentação das igrejas erigidas para as sediar. Esta trajetória torna possível compreender a participação destas instituições no desenvolvimento da arquitetura e da arte sacra, em Pernambuco.

São muitos os obstáculos encontrados para levar a cabo pesquisas desta natureza no Brasil, sendo agravante a falta de documentação e o difícil acesso aos arquivos. Diante destas dificuldades e tratando-se de fazer uma primeira sondagem sobre as irmandades e seus artistas, o artigo foi fundamentado em diversas fontes bibliográficas que, no passado, reuniram informações documentais, muitas das quais hoje inexistentes.

Após sistematizar os dados obtidos em função do objetivo a ser atingido, vislumbra-se o desejado panorama artístico, apesar das inúmeras lacunas resultantes da escassez de fontes documentais, fato que indica um necessário aprofundamento no estudo desta questão.

O contexto: o Recife do século XVIII

Pernambuco foi uma das capitanias hereditárias concedidas por D. João III, em 1534. Seu donatário, Duarte Coelho, veio pessoalmente conquistá-la e, imbuído dos seus deveres, fundou ali duas vilas: Igarassu e Olinda, escolhendo esta para sede de sua capitania.

O sítio em que foi assentada a vila de Olinda não era adequado à atividade por-tuária, essencial para a economia predominante em Pernambuco, que desde o início se caracterizou como uma fértil região produtora de açúcar. Nestas circunstâncias, a premente necessidade de um porto levou a implantá-lo em uma península próxima e naturalmente protegida por uma linha de arrecifes. Foi esta a origem da cidade do Recife, cuja gênese foi assim sintetizada por Josué de Castro:

E assim formou-se, sobre os areais da península, esgueirada entre o Rio Capibaribe e o mar, uma pequena aldeia conhecida pelo nome de O Povo ou a Povoação dos Arrecifes. Povoação criada para servir ao porto e, portanto, como uma conseqüência direta de sua atividade específica, com sua vida e seu futuro indissoluvelmente ligados à vida do porto¹.

O porto e a povoação prosperaram, acompanhando o crescimento econômico da capitania de Pernambuco, considerada uma das mais ricas do Brasil. Novas estruturas edificadas foram surgindo: uma ermida cercada de casas, armazéns para a guarda do açúcar, os fortes necessários à defesa contra os corsários. Em frente à península, numa ilha situada entre dois braços do Rio Capibaribe, os franciscanos edificaram um convento, marcando o início da ocupação da “Ilha de Antônio Vaz”. Foi esta a realidade encontrada pelos holandeses quando, em 1630, ocuparam Pernambuco e fixaram-se junto ao porto, marcando em definitivo o desenvolvimento do Recife.

Enviado ao Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais, em 1637, o Conde Maurício de Nassau encontrou mudanças neste quadro edificado. Estas foram registradas em uma carta do Conselheiro Johan Ghijselin, que havia estado em Pernambuco, em 1634, e retornava com Nassau: “Encontro aqui no Recife, desde a minha partida, uma mudança extraordinária em casas de comerciantes, nos negócios e construções que diariamente se iniciam em grande número, tão belas quanto na pátria, de modo que dificilmente há lugar para nos alojarmos e muito menos para construir”².

Sob o governo de Nassau (1637-1642) foi implantada, na Ilha de Antônio Vaz, a “Cidade Maurícia”, seguindo um plano de construções ordenadas, no qual se destacavam os palácios de Friburgo, da Boa Vista e um sistema de construções defensivas. Esta passou a ser a capital do Brasil holandês, cujo território sob seu domínio abrangia a extensão entre os atuais estados do Ceará e Alagoas.

Mas encerrado o governo de Maurício de Nassau, teve início um período de conflitos que acabou levando à chamada “Insurreição Pernambucana”, movimento armado que marcou o fim do domínio holandês no Nordeste do Brasil, em 1654.

Os luso-brasileiros retomaram o poder sobre toda a região, sucedendo a partir de então um longo período de restauração econômica, política e física, uma vez que os engenhos de açúcar, povoados e vilas, em grande parte, precisavam ser reconstruídos por estarem bastante castigados pelas batalhas. Neste contexto, havia espaço de atuação para homens que quisessem investir recursos e um mercado de trabalho receptivo, absorvendo a mão-de-obra apta a participar daquele processo de reconstrução.

¹ CASTRO, 1954: 73.

² MELLO, 1987: 43.

Segundo José Antônio Gonçalves de Mello, após 1654, foi retomada a vinda de portugueses para Pernambuco. Predominavam os mercadores e mestres de ofícios que vinham preencher as vagas deixadas pelos holandeses. E segundo Mello, naquela época, “as oportunidades de fortuna para homens de negócios e oficiais mecânicos eram grandes”, devido ao restabelecimento do comércio entre a capitania de Pernambuco e o Reino³.

O Recife, em especial, viveu a partir da segunda metade do século XVII, um período de transformações. Foi esvaziado da função política que tivera durante o domínio holandês, por esta retornar para Olinda, mas o crescente comércio estabelecido, a partir do porto, atraiu muitos forasteiros que para aqui vieram tentar a sorte. Fazendo grandes fortunas, esses comerciantes se transformaram em fornecedores e financiadores da safra dos engenhos de açúcar, fazendo surgir uma nova classe – os mascates, que vieram a concorrer com a chamada nobreza da terra.

Firmando-se economicamente, o Recife foi elevado à condição de vila, em 1709, fato que acabou gerando a “Guerra dos Mascates”, pois os latifundiários pernambucanos não aceitaram a emancipação político-administrativa do Recife, até então subordinado a Olinda. Em 1711, a burguesia mercantil recebeu o apoio da metrópole e a nova vila manteve a sua autonomia.

Assim, em princípios do século XVIII, o Recife estava política e economicamente estável para galgar seu desenvolvimento, tendo por suporte as atividades comerciais e portuárias. A imagem urbana foi sendo renovada, tendo ênfase as construções religiosas, por ação das ordens monásticas aí instaladas, mas também pela ação das irmandades.

Devido ao seu caráter comercial, o Recife reunia uma população estratificada em diversas classes sociais – desde os ricos mascates até os escravos – favorecendo a formação de irmandades religiosas. Estas irmandades se faziam representar na paisagem urbana, através das igrejas edificadas pelos ricos senhores das ordens terceiras do Carmo e São Francisco, pelos comerciantes devotos do Santíssimo Sacramento, pelos clérigos da irmandade de São Pedro, ou pelos artífices reunidos sob a evocação de São José do Ribamar.

As irmandades

As Irmandades surgem no Brasil no início do período colonial, tornando-se mais presentes nos séculos XVII e XVIII. Segundo Eduardo Hoornaert (1998), a formação das Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras era o caminho adotado por alguns grupos sociais para gozar um pouco da elitização proporcionada pela vida religiosa. Porém, para outros estratos da sociedade, a participação nas irmandades era uma forma de defesa contra as agruras do sistema colonial, determinadas por questões econômicas ou raciais. Assim, as irmandades compostas por negros e pardos traziam

³ MELLO, 1957: 18.

esse caráter de libertação e resistência, enquanto as irmandades de brancos tinham caráter elitista.

Contexto como aquele identificado em Recife era propício à formação de um relevante número destas associações religiosas. Na medida em que crescia, o Recife demandava uma maior diversidade de serviços atrelados ao transporte, comércio e ao provimento de gêneros do mercado interno. Estes eram realizados pelos vários grupos que compunham a população: artífices, comerciantes, escravos, senhores de engenho, homens do clero, da administração civil e militar, etc.⁴.

Nesta sociedade tão heterogênea, seus diversos estratos encontravam uma forma de ganhar força e representatividade unindo-se em irmandades. Além da função religiosa, estas assumiam um papel assistencialista, prestando aos seus membros serviços médicos, ajuda financeira, organizando orfanatos e abrigos para a população em geral. Segundo Virgínia Almoêdo, este duplo papel das irmandades fez com que as mesmas funcionassem “como entidades de classe, no melhor sentido do termo, e acabam servindo como instrumentos de ação social”⁵.

Isto fica mais evidente quando se observa a constituição das diversas irmandades presentes no Recife, no século XVIII, a começar por aquela que melhor representava o caráter de resistência de uma classe: a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Os negros escravos, retirados de suas famílias de origem, buscavam reestruturar uma comunidade, segundo os moldes permitidos pela Igreja. Assim reuniam-se em irmandades, criando mecanismos para melhor sobreviver perante a difícil realidade que lhes foi imposta no Brasil colonial, contando com as relações estabelecidas para ascenderem socialmente, ou até mesmo chegar a comprar sua alforria⁶. Perante o significado que tinha a Irmandade do Rosário para os homens pretos, estes não mediam esforços para construir seu templo, tão rico quanto aqueles erguidos pela nobreza, apesar da condição miserável que tinham, demonstrando o desejo de reconhecimento social que os alimentava.

Outros extratos da sociedade do Recife tinham nas irmandades, o mesmo sentido de organização de classe. Assim ocorreu com a Irmandade de São José do Ribamar, instituída por carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros, por volta de 1735. A congregação religiosa foi a forma encontrada por estes artífices para organizar e regulamentar suas atividades profissionais, na ausência de corporações de ofícios. Compunham a Irmandade de São José diferentes grupos de artífices mecânicos: além dos oficiais brancos, que possuíam reconhecimento perante a sociedade e ostentavam um relativo *status*, havia artífices pobres, negros forros e pardos, denunciando as próprias características dos oficiais no Brasil⁷.

Entre as camadas médias da pirâmide social do Recife, surgiram outras irmandades: a de Nossa Senhora do Terço cujos irmãos eram, em sua grande maioria, modestos comerciantes e artífices do Bairro de São José; a irmandade de São Pedro dos Clérigos,

⁴ MONTE, 2008.

⁵ ASSIS, 1988: 77.

⁶ SILVA, 2001: 7.

⁷ SILVA, 2008.

instituída por estes, a 26 de Junho de 1700⁸; a irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, organizada em 1722, por “militares de primeira linha dos corpos de fuzilaria e cavalaria” da guarnição do Recife, sendo excluídos os militares da artilharia, por já terem irmandade própria, sob a invocação de São João Batista⁹.

Representando o topo da pirâmide social estavam as ordens terceiras do Carmo e de São Francisco, bem como a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Estas expressavam a riqueza dos mascates que fizeram do Recife um núcleo de progresso, e da nobreza local associada aos senhores de engenho e líderes políticos da capitania de Pernambuco.

A Ordem Terceira do Carmo surgiu juntamente com as obras de construção do convento carmelita, sendo instituída através de um Breve apostólico, em 20 de Outubro de 1695, atendendo a requerimento de vários irmãos terceiros residentes no Recife¹⁰.

É dessa época, também, a Ordem Terceira de São Francisco, cuja criação foi autorizada, em 12 de Junho de 1695, pelo visitador geral da Província Franciscana do Brasil, atendendo, da mesma forma, ao apelo de irmãos terceiros ali residentes. Eram estes, em sua grande maioria, mascates, alguns deles de muitas posses, como o mestre pedreiro Antônio Fernandes de Matos¹¹.

Por sua vez, a Irmandade do Santíssimo Sacramento surgia como o local de congregação da aristocracia pernambucana em busca de prestígio social. Referindo-se a esta instituição, disse Fernando Pio:

E realmente mereciam as irmandades do Santíssimo Sacramento os grandes foros de nobreza que lhes eram concedidos pelas leis portuguesas, se atentarmos, em quaisquer delas, através dos livros de entradas de irmãos, para a quantidade invulgar de barões, condes e viscondes que pelo correr dos tempos ali se acham inscritos¹².

Independente dos particulares propósitos que cada uma das classes sociais aqui referidas tinha para se reunir em torno de uma irmandade religiosa, todos buscavam marcar sua presença na cidade através da construção de um templo, cuja magnitude da arquitetura, ora demonstrava a riqueza de alguns estratos da sociedade, ora o esforço empreendido para exibir uma conquista social decorrente da união de irmãos em torno de um santo de devoção. Com a edificação de seus templos, contribuíram estas irmandades religiosas para a “urbanidade” e para a estruturação urbana da vila do Recife, ao longo do século XVIII, em particular da Ilha de Santo Antônio, onde as torres destes templos pontuam a paisagem urbana (Figura n.º 1)

⁸ MENEZES, 1984: 19.

⁹ GUERRA, 1970: 119.

¹⁰ GUERRA, 1970: 151.

¹¹ GUERRA, 1970: 169.

¹² PIO, 1973: 75.

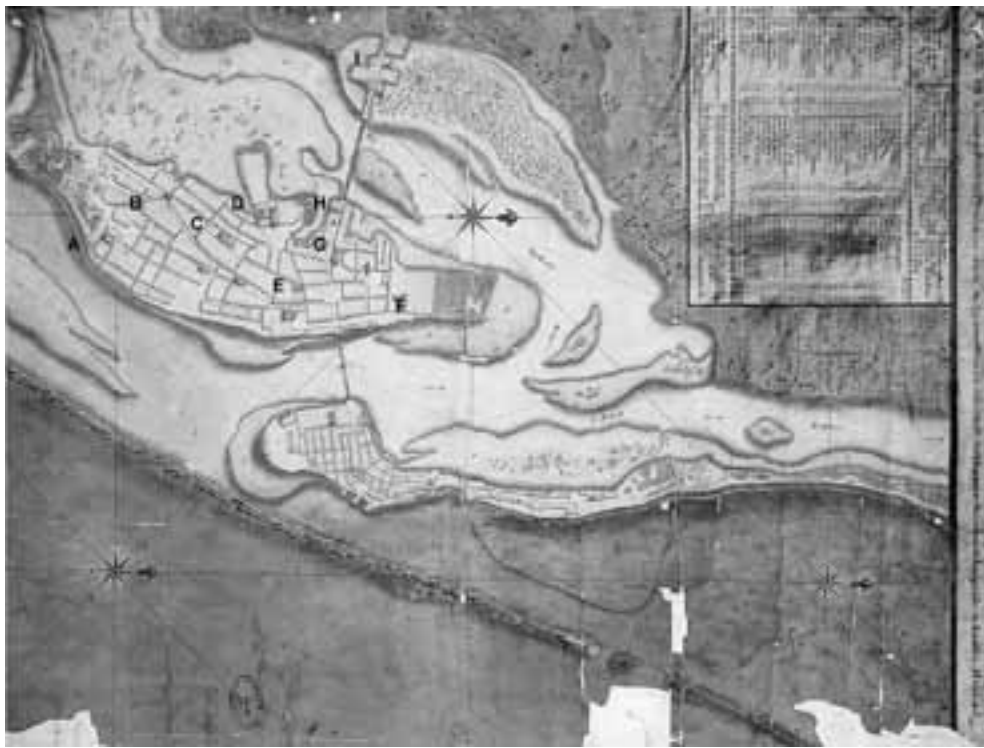


Figura n.º 1 – Implantação das igrejas distribuídas sobre o “Plano da Villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco situado em 8 grao”. C. 1771

A – Ig. de São José do Ribamar

B – Ig. N. Sra. do Terço

C – Ig. S. Pedro dos Clérigos

D – Ig. de S. Teresa da Ordem Terceira do Carmo

E – Ig. do Rosário dos Pretos

Fonte: REIS FILHO, 2000.

F – Ordem Terceira de S. Francisco

G – Ig. Matriz do S. Sacramento de Santo Antônio

H – Ig. N. Sra. da Conceição dos Militares

I – Ig. Matriz do S. Sacramento da Boa Vista

No que concerne às artes, criaram estas irmandades um “mercado de trabalho” mais amplo para os artistas e artífices dos diversos ofícios da construção, pintura, escultura, ourivesaria, etc. possibilitando o desenvolvimento artístico local e a afirmação de nomes de destaque no panorama pernambucano do século XVIII e XIX, como se apresentará a seguir.

As obras e os artistas

Com o objetivo de apresentar os artistas e artífices que atuaram na construção e decoração dos templos das irmandades referidas, expõe-se um pouco sobre a história destes templos, situando as obras realizadas ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Igreja do Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio

Uma primitiva igreja da Irmandade do Rosário dos Pretos remonta a meados do século XVII, sendo substituída pelo templo atual que foi iniciado por volta de 1725 e concluído em 1777¹³.

Algumas obras estão identificadas na igreja velha, cuja decoração interior sofreu a demora decorrente das poucas esmolas. Em 1699, a irmandade investiu 229\$750 no douramento do retábulo da capela-mor; quatro anos depois mandou fazer um novo consistório; em 1706, os irmãos estavam decididos a mandar buscar em Lisboa todos os materiais necessários para forrar a capela-mor com frisos e molduras douradas¹⁴.

As pesquisas desenvolvidas por Robert Smith (1988) e Judith Martins (s.d.) apontam uma série de artistas que trabalharam para a irmandade, tanto na primitiva igreja quanto na atual, como especificam as datas dos registros documentais: Domingos Lopes, pedreiro, fez todo o telhado da igreja (1687); Francisco Gonçalves, pintor, fez cinco painéis do forro (1715); Antônio Álvares, marceneiro, confeccionou a porta (1722); Manoel Álvares, entalhador, fez uma charola e um sacrário (1726); Manoel Gomes, pedreiro, fez obras para a irmandade entre 1686 e 1725; João Rocha, ourives, executou uma naveta e vaso da comunhão em prata (1722); Francisco Rodrigues, pintor, encarnou uma imagem de Cristo e cruz da sacristia (1725); Pedro de Matos, pedreiro, trabalhou na construção da torre e no retelhamento da sacristia e igreja; Manoel Pais de Lima, entalhador, para quem há várias referências de pagamentos, em 1715, por conta dos trabalhos de “entalha do frontispício”, não sendo estes especificados.

Em documento citado por Flávio Guerra, consta que a 21 de Dezembro de 1748, a irmandade deliberava sobre “como fazer o novo interior da igreja, porquanto a obra já executada atingia a altura do grande arco da Capela-mor”. Foi então chamado o pedreiro Paulo Luiz Fiesco, para apresentar sugestões e pareceres¹⁵.

Igreja de São José do Ribamar

A origem da irmandade remonta ao ano de 1653, surgindo a partir de uma capela mantida por alguns marceneiros. Instituída por volta de 1735, reuniu carpinteiros, marceneiros, tanoeiros e pedreiros, que resolveram erguer a Igreja de São José do Ribamar.

A pedra fundamental foi lançada em 29 de Junho de 1752, mas as obras só foram iniciadas quatro anos mais tarde, transcorrendo muito lentamente, devido aos poucos recursos de seus irmãos. Em 1779, foi feito o telhado e, em 1782, assentada a porta principal, confeccionada por Manuel Gomes. Em 1788, a igreja estava inacabada,

¹³ GUERRA, 1970: 109.

¹⁴ SILVA; 2002: 201.

¹⁵ GUERRA, 1970: 111.

recebendo o apoio do governador de Pernambuco, Tomás José de Melo, para a sua conclusão, que ocorreu em 1797¹⁶.

A irmandade de São José do Ribamar era encarregada da regulamentação e fiscalização do exercício das profissões de carpinteiro, marceneiro e outras em atividade naquela época. Embora desempenhasse esta função, são poucos os registros conhecidos sobre os artistas envolvidos na construção do seu templo.

Entre estes, surge José de Oliveira Barbosa, que em 1791 residia em casa pertencente à irmandade e foi encarregado da elaboração de alguns projetos para o templo. Estando inadimplente, em 1795, teve sua dívida perdoada em função dos trabalhos que realizou para a igreja e de “toda obra como seja da talha da capela-mor e frontispício, porta principal e púlpito e o mais que precisava o consistório”¹⁷.

A torre da igreja só veio a ser construída em 1896, segundo o traço de Ascendino Vitorino Lemos de Souza, secretário da irmandade. O sino foi fundido por Manoel dos Santos Vilaça, em 1885¹⁸.

Igreja de Nossa Senhora do Terço

A origem da Irmandade de Nossa Senhora do Terço remonta ao início do século XVIII, havendo registros que certificam sua existência, em 1726. A primitiva igreja que a abrigou fora edificada por um particular e doada à irmandade, em 1732¹⁹.

Em meados do século XIX, eram péssimas as condições desse templo, sendo apontado, em 1860, o perigo de um desabamento e a necessidade da Presidência da Província de Pernambuco dar autorização para a realização de quatro loterias destinadas à construção de uma nova igreja.

Esta foi iniciada, em 1863, com a reconstrução das paredes laterais, seguindo-se as obras da cobertura da nave e da capela-mor, concluídas em 1869. No mesmo ano principiou a construção da torre, pagando-se pelo desenho desta a importância de 21\$000, a pessoa não identificada, ficando a execução a cargo do mestre pedreiro Manuel do Carmo Ribeiro.

Para a torre foram encomendados na cidade do Porto “azulejos, pirâmides e balaustres”, a serem remetidos por Vasconcelos & Braga, conforme descrição no Livro de Receitas e Despesas de 1870-71. Também do Porto veio o conjunto em metal de dois anjos em adoração à cruz, assentado no frontispício da Igreja²⁰.

Terminados os serviços de alvenaria, em 1872, entrou a construção em sua fase final com a contratação dos serviços de cantaria das sacadas, a Antônio Pereira de Carvalho; das grades de ferro das varandas, a Lino Pereira Pinto; das escadas de acesso aos corredores superiores, a Manuel Mendes de Oliveira; do estuque, a José Maria Barbosa; da “estampa de Nossa Senhora do Terço no teto da igreja”, a Martinho

¹⁶ GUERRA, 1970: 80.

¹⁷ SILVA, 2002: 210.

¹⁸ MARTINS, s/d: 200, 211.

¹⁹ MELLO, 1984: 9.

²⁰ SILVA, 2002: 160.

Correia da Silva e “entalha da capela-mor, púlpitos, varandas, sanefas e camarim” ao mestre José de Souza Moréia²¹.

Ainda com algumas obras por acabar, foi sagrada a igreja em 1º de Janeiro de 1874, sendo os serviços de pintura e douramento de partes da nave e dos altares realizados somente em 1887, a cargo do mestre Joaquim Eustáquio das Neves.

São Pedro dos Clérigos

Existindo desde o ano de 1700, somente em 1719, a Irmandade dos Clérigos resolveu construir a sua igreja, iniciada nove anos depois. A pedra fundamental foi lançada em 3 de Maio de 1728, estando a capela-mor concluída, em 1729, e o corpo da igreja, em 1759. As obras se prolongaram até 30 de Janeiro de 1782, quando foi realizada a sagração²².

Sua planta foi elaborada pelo mestre-pedreiro Manuel Ferreira Jácome, que criou uma nave de traçado octogonal inserida numa caixa quadrada, a qual não exhibe, externamente, a forma poligonal do seu interior. A pedido da Irmandade, este projeto foi avaliado e recebeu pareceres favoráveis dos engenheiros militares João Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Veloso.

Na decoração do seu interior trabalharam renomados artistas da época: João de Deus Sepúlveda, encarregado da pintura em perspectiva ilusionista do forro da nave, (1764-1768); Manuel de Jesus Pinto, responsável pela douração do mobiliário da igreja (1804-1815); Francisco Bezerra, autor dos dez painéis sobre a vida de São Pedro localizados na capela-mor, e o mestre entalhador José Gomes de Figueiredo, que executou o sacrário e o cadeiral do altar-mor, bem como todo o mobiliário da sacristia, inaugurada em 1781²³.

Consagrada a igreja em 1782, as obras continuaram com o douramento do corpo da igreja e do altar-mor, sendo este resultado do trabalho do pintor Inácio de Melo e Albuquerque, em 1783. Entre os anos de 1804 e 1813 trabalhou nesta igreja o mestre entalhador Felipe Alexandre da Silva, responsável pela confecção das dezesseis tribunas da igreja, das sanefas das portas e janelas do corredor, da banquetta do altar da sacristia, e mais seis castiçais²⁴. Francisco José Pinto, pintor e membro da irmandade, fez em 1833 a encarnação da imagem de São Pedro, adquirida em Portugal, em 1764²⁵.

Em 1858, a mesa da irmandade resolveu fazer uma nova capela-mor, por estar a talha desta arruinada por completo. Foi o padre Inácio Francisco dos Santos que executou o risco e muitas partes da talha da nova capela, tendo o auxílio de cinco entalhadores provenientes de Lisboa, entre eles o mestre Bernardino José Monteiro²⁶.

²¹ SILVA, 2002: 161.

²² MENEZES, 1984: 8.

²³ SILVA, 2002: 151.

²⁴ SILVA, 2002: 154.

²⁵ MARTINS, s/d: 159.

²⁶ MARTINS, s/d: 186.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares

São reduzidas as informações sobre a construção desta igreja, uma vez que se perdeu a parte mais antiga do arquivo da irmandade. Sua edificação decorreu entre os anos de 1725 e 1757, e já a 30 de Agosto de 1725 o engenheiro Diogo da Silveira Veloso “a pedido dos interessados, atestava que da Igreja estava feito todo o alicerce, levantadas algumas paredes, mas não o frontispício, estando concluída a capela-mor”²⁷.

Terminada a construção, tiveram continuidade os trabalhos de decoração do interior do templo que se prolongaram até 1870, quando foi contratado com Francisco Dornelas Munduri o serviço de douramento da capela-mor, dos altares laterais e do arco-cruzeiro. Nesse mesmo ano foi executada, por Bernardo Luís Ferreira, o douramento da talha do forro da nave, sendo o painel central deste pintado por José Rebelo de Vasconcelos, representando Nossa Senhora da Conceição com o Espírito Santo entre as mãos²⁸.

Sob o coro vislumbra-se no forro um painel representando a primeira Guerra dos Guararapes, ocorrida em 1648. Segundo Judith Martins, este foi executado, em 1781, por João de Deus Sepúlveda²⁹, sendo também atribuído ao alferes José de Oliveira Barbosa, que fazia parte da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, desde 1793³⁰.

Além dos artistas já referidos, há as seguintes informações esparsas: em 1803, Crispim Paes Varela era o mestre da obra da torre da igreja; Manuel Vicente de Siqueira fundiu os sinos da mesma; José Inácio de Assunção executou, em 1850, uma cruz grande de prata para a irmandade; José da Fonseca Galvão, em 1832, pintou o nicho de São José situado na igreja; em 1857, o pintor Caetano da Rocha Pereira fez o douramento e envernizamento de quatro painéis; o serralheiro José Francisco Bento confeccionou quatro grades para os vãos das janelas³¹.

Igreja de Santa Tereza da Ordem Terceira do Carmo

A Ordem Terceira do Carmo do Recife foi instituída quando estava em construção o convento carmelita, cujos frades, por doação, transferiram aos irmãos terceiros, em 1696, a Capela do Santíssimo Sacramento, parte integrante da igreja monástica.

Quatro anos depois os terceiros resolveram construir a sua própria igreja, cuja pedra fundamental foi assentada em 24 de Julho de 1700. Sendo os membros da ordem, homens de largos recursos, em 1710 já estavam em seu novo templo, situado ao lado da igreja da Ordem Primeira do Carmo³².

Depois de inaugurada, a igreja continuou em obras, concluídas somente no século XIX. Nela trabalharam: Manuel de Jesus Pinto, contratado em 1792 para fazer o

²⁷ MENEZES, 1984: 70.

²⁸ MENEZES, 1984: 72.

²⁹ MARTINS, s/d: 190.

³⁰ SILVA, 2002: 206.

³¹ MARTINS, s/d.

³² SILVA, 2002: 168.

douramento e a pintura da sacristia; Félix da Costa Monteiro, pago em 1786 para pintar o forro da casa das catacumbas; Matias Antônio Quaresma, marceneiro que executou, em 1796, as três portas principais da igreja; José Antunes, que pintou, em 1782, um painel para a capela da casa das catacumbas; Antônio Henriques Cardoso, responsável pela talha da capela dos noviços, em 1760; Serafim dos Anjos, que entalhou, em 1763, o altar de Nossa Senhora da Soledade, situado na sacristia, cujo teto tem painéis pintados e dourados por Manuel de Jesus Pinto, em 1792³³.

Na decoração interior desta igreja teve destaque a participação de João de Deus Sepúlveda, contratado em 1760 para pintar os cinco painéis situados nas paredes do altar-mor e dourar as molduras. O contrato veio a ser renovado em Novembro do mesmo ano, para executar vinte painéis para o forro e dois a serem colocados sobre as “portas travessas que entram para o Cruzeiro”. Finalmente, em 15 de Novembro de 1761, foi contratada a pintura de quinze painéis do forro, sete painéis das paredes e duas tribunas³⁴.

Outro artista de destaque foi Felipe Alexandre da Silva, autor dos entalhes dos retábulos da capela-mor, arco cruzeiro, altares laterais e sacristia, executados quando em 1815, decidiu a Ordem Terceira fazer nova talha em toda a capela-mor, por se encontrar estragada a primitiva. Em 1822, fez também a talha de cinco altares laterais da mesma igreja³⁵.

No início do século XIX, foi levantada a torre e colocado o gradil que encerra a testada do lote onde está implantada a igreja, sagrada a 13 de Outubro de 1837, sob a invocação de Santa Teresa de Jesus³⁶. Entre 1854 e 1858, a igreja foi alvo de novas obras, quando a capela-mor e os altares laterais foram substituídos.

Capela Dourada da Ordem Terceira de São Francisco do Recife

Por escritura datada de 9 de Abril de 1696, os frades franciscanos cederam aos irmãos da recém fundada Ordem Terceira uma parcela das terras pertencentes ao convento, para que ali fizessem sua capela, com arco aberto “para a igreja do dito convento, e todas as mais casas e o mais que necessário for para a dita Ordem”³⁷.

A partir desta doação, os terceiros puderam abrir um grande arco no lado sul da nave da igreja conventual e iniciaram a construção da Capela dos Noviços, cuja pedra fundamental foi lançada em 13 de Maio de 1696. Ficou encarregado da construção o mestre pedreiro Antônio Fernandes de Matos, admitido como membro da Ordem em 17 de Setembro de 1695 e seu ministro, entre 1697 e 1700. A 15 de Setembro de 1697, foi celebrada ali a primeira missa, tendo sido gasta até então, a importância de 1:356\$980³⁸.

³³ MARTINS, s/d; SILVA, 2002: 169.

³⁴ SILVA, 2002: 169.

³⁵ MARTINS, s/d: 70.

³⁶ GUERRA, 1970: 153.

³⁷ SILVA, 2002: 179.

³⁸ SILVA, 2002: 179.

No período de 1697 a 1700, foram contratados os primeiros trabalhos de decoração que deram a esta o título de “capela dourada”. Luis Machado executou o arco da capela-mor, o grande arco para o convento e os móveis da sacristia. Em 1698, foi contratado o mestre português Antônio Martins Santiago, para fazer a talha da capela-mor, com dois nichos para as imagens dos Santos Cosme e Damião, e mais um sacrário, frontal e dois armários. Também trabalhou na Capela dos Noviços, o pintor José Paulo Pinhão de Matos, provável autor de nove painéis representando os santos da Ordem, e oito, encomendados por Antônio Fernandes de Matos, em 1699³⁹.

Ao longo do século XVIII, as obras tiveram continuidade. Em 1704, foram assentados os azulejos, trazidos de Lisboa e assinados pelo artista português Antônio Pereira. Entre 1759 e 1761, José Ribeiro de Vasconcelos pintou dois painéis para a capela, dourou os nichos dos santos e retocou o andor de Nossa Senhora da Conceição. Luís Nunes executou, entre 1765 e 1766, as imagens de São Francisco e Santa Isabel para a capela do hospital da Ordem Terceira e a imagem de São Jácome. Manoel de Jesus Pinto foi responsável pela douração da capela, em 1799⁴⁰.

Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio

Referir-se à Irmandade do Santíssimo Sacramento é remontar à história da Igreja do Corpo Santo, sede da primeira irmandade desta invocação. Situada na Ilha do Recife, a Igreja do Corpo Santo era a matriz de uma ampla freguesia que devido ao aumento populacional verificado no Recife demandou a construção de um novo templo, agora no bairro de Santo Antônio, de modo a melhor servir aos fies daquele bairro e do de São José⁴¹.

Em 30 de Abril de 1752, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja do Corpo Santo registrou a compra, em leilão da Real Fazenda, do local onde estava a antiga casa da pólvora dos holandeses, a fim de construir sua nova igreja, cuja pedra fundamental foi lançada em 1753.

Em 1754, a capela-mor já estava aberta aos fieis, mas as obras da igreja só foram concluídas em 1790. Com a criação da Paróquia de Santo Antônio, em 1789, passou a nova igreja do Santíssimo Sacramento à condição de matriz⁴².

Na Matriz de Santo Antônio atuaram alguns dos mais importantes artistas dos séculos XVIII e XIX: o mestre entalhador Felipe Alexandre da Silva foi responsável pelas obras do altar-mor e trabalhos de cantaria do frontispício, realizados entre 1799 e 1808; Manuel de Jesus Pinto fez a pintura e douração de talhas da igreja, incluindo o coro, os altares laterais e as sanefas, sendo de sua autoria o painel do Espírito Santo, existente no altar do consistório; José de Elói é o autor do quadro que representa “O Batismo de Jesus”, existente no batistério, tendo este artista trabalhado, também, no

³⁹ MARTINS, s/d.

⁴⁰ MARTINS, s/d; SILVA, 2002: 182.

⁴¹ SILVA, 2007: 4.

⁴² SILVA, 2002: 195.

Mosteiro de São Bento de Olinda, lhe sendo atribuídos os painéis do forro da nave e do altar da sacristia, pintados entre 1785 e 1789⁴³.

Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento da Boa Vista

Por Provisão datada de Janeiro de 1805, ocorreu um desmembramento da freguesia da Sé do Recife, levando à criação da nova freguesia da Boa Vista. Para sede desta foi escolhida a igreja fundada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, em 1784.

Nesta, em 1793, estavam concluídas as obras da capela-mor, duas sacristias e parte da nave, encontrando-se em condições de receber o Santíssimo Sacramento, trasladado em procissão desde a Igreja da Santa Cruz, anterior casa da irmandade⁴⁴.

Os trabalhos de decoração do interior do templo prolongaram-se por toda a primeira metade do século XIX, envolvendo artistas em geral residentes no bairro da Boa Vista. A obra de talha ficou a cargo do mestre Antônio Basílio de Oliveira e de Joaquim Correia Leal, que entalhou os altares laterais da capela-mor, em 1830. Os trabalhos de douramento foram realizados por Francisco José Pinto, substituído por Manuel de Jesus Pinto, em 1822. São de Caetano Rocha Pereira os painéis decorativos da capela-mor, datados de 1823, bem como a pintura do forro, de 1844. Em 1831, o escultor Manuel da Silva Amorim foi encarregado de confeccionar as imagens de São José, São Joaquim e São Raimundo Nonato⁴⁵.

No ano de 1839, a irmandade resolveu dotar a igreja de uma notável fachada em pedra Lioz, mandando buscar em Lisboa o projeto e toda a pedra. Em Abril de 1840, chegava um relatório do arquiteto português Manoel Joaquim de Souza, junto com uma nova proposta de risco para o frontispício. Em Junho, estavam no porto do Recife as primeiras pedras, a serem montadas pelo arquiteto André Willmer, em conformidade com o projeto vindo de Lisboa⁴⁶.

Desejando completar a decoração do frontispício, em 1854, a irmandade contratou com o escultor português Francisco d'Assis Rodrigues, diretor da Academia das Belas Artes de Lisboa, a execução do "painel da Glória" e das estátuas dos quatro evangelistas. O "Painel da Glória" chegou ao Recife em 1858, sendo seu assentamento concluído a 14 de Abril de 1859. As estátuas dos evangelistas só foram entregues em 1871, e postas em seus lugares, em 1876⁴⁷.

Para finalizar o frontispício faltava construir as torres, também em pedra Lioz. Sob a coordenação do mestre pedreiro André Rompke, foi concluída a torre leste, em 1888, e a torre oeste, em 1889.

⁴³ MARTINS, s/d; SILVA, 2002: 198-199.

⁴⁴ GUERRA, 1970: 23.

⁴⁵ MARTINS, s/d; SILVA, 2002: 228.

⁴⁶ SILVA, 2002: 228.

⁴⁷ GUERRA, 1970: 25.

Considerações finais

Encerrada esta trajetória através da história das irmandades religiosas do Recife, aqui trabalhadas, confirmam-se algumas idéias colocadas anteriormente. De fato, a ação das irmandades consolidada na construção destes templos foi uma importante contribuição para a configuração urbana do Recife, evidenciando-se, por exemplo, na formação dos largos que antecedem as igrejas do Terço, de São Pedro e de São José do Ribamar.

Sob o aspecto artístico, a ação destas irmandades foi ainda mais relevante, pois resultou no já referido “mercado de trabalho” para os artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX, possibilitando o desenvolvimento das artes em Pernambuco e dando espaço para a formação de renomados artistas, valendo a pena enfatizar a ligação destes com as irmandades.

O pedreiro e arquiteto Manoel Ferreira Jácome foi discípulo do mestre de obras Antônio Fernandes de Matos. Sendo considerado um dos oficiais mais peritos do Recife, foi líder da sua classe tendo a função de juiz do ofício de pedreiros confirmada pelos vereadores da câmara. Trabalhou como pedreiro na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, executou a planta da Igreja de São Pedro dos Clérigos e entre 1704 e 1706, trabalhou com João Pacheco Calheiros no claustro da Ordem Terceira de São Francisco.

O pintor Manoel de Jesus Pinto era irmão do Santíssimo Sacramento e da Ordem Terceira do Carmo, o que denota o seu *status* social. Sua longa folha de serviços dá a dimensão da importância que teve no meio em que atuou, tendo trabalhado nas igrejas de São Pedro dos Clérigos, das ordens terceiras do Carmo e de São Francisco, e na Matriz de Santo Antônio. Faleceu em 1817.

João de Deus Sepúlveda é apontado como um dos maiores pintores do século XVIII, em Pernambuco, sendo também músico. Na sua produção têm destaque as pinturas que executou no forro da nave da Igreja de São Pedro dos Clérigos e no forro sob o coro da Igreja da Conceição dos Militares, representando a batalha dos Guararapes. Acrescenta-se a estes, alguns dos painéis com cenas da vida de Santa Teresa que ornamentam a casa dos terceiros do Carmo.

Também o entalhador Felipe Alexandre da Silva, no início do século XIX, circulou entre as ordens terceiras do Carmo e de São Francisco, executando retábulos e outros trabalhos de talha. Para as igrejas Matriz de Santo Antônio e São Pedro dos Clérigos, fez objetos diversos, como castiçais, tocheiros e sanefas.

Associando o “saber” destes artistas ao desejo que tinham as irmandades de exhibir seus templos perante a sociedade, surgiram experiências inovadoras para Pernambuco, naquela época, como a planta poligonal concebida por Manoel Ferreira Jácome, para a Igreja de São Pedro dos Clérigos e a pintura em perspectiva executada no forro da nave desta igreja, por João de Deus Sepúlveda. Estas obras são expressões relevantes da produção destas irmandades e de seus artistas.



Figura n.º 2 – As igrejas das irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, São José do Ribamar, Nossa Senhora do Terço e São Pedro dos Clérigos

Fotos: Maria Berthilde Moura Filha.



Figura n.º 3 – As igrejas de Nossa Senhora da Conceição dos Militares e da Ordem Terceira do Carmo. Em baixo, a Matriz de Santo Antônio e a Matriz da Boa Vista

Fotos: Maria Berthilde Moura Filha.



Figura n.º 4 – Interior das igrejas de N. Senhora do Rosário dos Pretos, N. Senhora do Terço, São Pedro dos Clérigos e N. Senhora da Conceição dos Militares

Fotos: Maria Berthilde Moura Filha.



Figura n.º 5 – Interior das igrejas dos terceiros do Carmo e de São Francisco (Capela Dourada).
Abaixo, o interior da Matriz de Santo Antônio e da Matriz da Boa Vista

Fotos: Maria Berthilde Moura Filha.

Bibliografia

- ASSIS, Virginia Almoêdo, 1988 – *Pretos e Brancos a serviço de uma Ideologia de Dominação (Caso das Irmandades do Recife)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História).
- CANHA, Elaine Cristina, 2008 – “A Ordem Terceira do Carmo e sua atuação em Pernambuco – séculos XVIII e XIX”, in *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades*, vol. 9, n.º 24. Caicó (RN): Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível na internet em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>.
- CASTRO, Josué de, 1954 – *A Cidade do Recife. Ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Ed. da Casa do Estudante do Brasil.
- GUERRA, Flávio, 1970 – *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife: Fundação Guararapes.
- HOORNAERT, Eduardo, et al, 1998 – *História da igreja no Brasil*, tomo II. Petrópolis: Paulinas: Vozes.
- MARTINS, Judith, s/d – *Dicionário de Artistas e Artífices de Pernambuco* (trabalho inédito)
- MELLO, José Antônio Gonçalves de, 1957 – *Antônio Fernandes de Matos 1671-1701*. Recife: Edição dos Amigos da DPHAN.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de, 1984 – *A Igreja de Nossa Senhora do Terço*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de, 1987 – *Tempo dos Flamengos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- MENEZES, José Luiz Mota, 1984 – *Dois Monumentos do Recife. São Pedro dos Clérigos e Nossa Senhora da Conceição dos Militares*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- MONTE, Marco Tomé Costa, 2008 – “Ordem, prestígio e trabalho: Um olhar sobre as corporações de ofício de pretos nas vilas açucareiras pernambucanas setecentistas”, in *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades*, vol. 9, n.º 24. Caicó (RN): Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível na internet em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>.
- PIO, Fernando, 1967 – *História da Matriz da Boa Vista e do seu monumental frontispício*. Recife: Imprensa Universitária.
- REIS FILHO, Nestor Goulart, 2000 – *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp.
- SILVA, Cristiane dos Santos, 2001 – *Irmãos de fé, Irmãos no poder: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819)*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História).
- SILVA, Henrique Nelson da, 2008 – “Trabalhadores de São José: pedreiros, carpinteiros, marceneiros e tanoeiros do Recife, século XVIII”, in *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades*, vol. 9, n.º 24. Caicó (RN): Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível na internet em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>.
- SILVA, Leonardo Dantas, 2002 – *Pernambuco Preservado*. Recife: L. Dantas Silva.

- SILVA, Vilmar Victor de Freitas, 2007 – “A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife no século XVIII: considerações sobre o imaginário barroco na colônia”, in *Anais do I Colóquio de História Colonial da Universidade Federal Rural de Pernambuco*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível na internet em: <www.pgh.ufrpe.br/brasilportugal/anais/6/>.
- SMITH, Robert Smith, 1988 – “Décadas do Rosário dos Pretos. Documentos da Irmandade”, in SILVA, Leonardo Dantas (org.) – *Alguns documentos para a história da escravidão*. Recife: Fundaj; Ed. Massangana.